

## Os livros didáticos de história e suas abordagens no período da ditadura militar

### History textbooks and their approaches in the period of the military dictatorship

Rayanne Cabral<sup>1</sup>, José Anchieta Oliveira Bentes<sup>2</sup>

---

#### RESUMO

A presente pesquisa objetivou analisar os livros didáticos de história e suas abordagens no período da Ditadura Militar com a intenção de compreender como o ensino era repassado de acordo com os ideais militares exigidos da época. Nesse contexto o enfoque histórico deste trabalho foi ajustado, por meio de fundamentação teórica com autores que tecem considerações sobre como era ensinar história com atribuição do livro didático debaixo da cortina do regime militar. Como também frisar políticas de livro didático como a COLTED e FENAME criadas durante o regime. Vale ressaltar que o procedimento metodológico adotado na construção desta pesquisa, foi baseado em uma pesquisa qualitativa descritiva com a utilização de levantamentos bibliográficos onde foram atribuídos a contribuição e diálogo de autores sobre o ensino de história e o livro didático repassados em sala de aula durante o período militar.

**Palavras-chave:** Livros didáticos; História; Ditadura Militar.

---

#### ABSTRACT

The present research aimed to analyze the textbooks of history and their approaches in the period of the Military Dictatorship with the intention of understanding how teaching was passed on according to the military ideals required at the time. In this context, the historical focus of this work was adjusted, through theoretical foundations with authors who weave considerations about what it was like to teach history with the assignment of the textbook under the curtain of the military regime. As well as highlighting textbook policies such as COLTED and FENAME created during the regime. It is worth mentioning that the methodological procedure adopted in the construction of this research was based on a descriptive qualitative research with the use of bibliographic surveys where the contribution and dialogue of authors on the teaching of history and the textbook passed on in the classroom during the military period.

**Keywords:** Textbooks. History. Military dictatorship.

---

---

<sup>1</sup> Universidade do Estado do Pará.  
\*E-mail: rayannecc92@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Pará.  
\*E-mail: jose-bentes@uepa.br

## INTRODUÇÃO

A ditadura implantada com o golpe de 1964 no Brasil culminou em várias mudanças no cenário brasileiro, marcada por inúmeras restrições, privatizações de direitos, com base no uso excessivo de violência para quem discordasse desse novo sistema que amedrontava a sociedade brasileira, presente em grande parte nos setores educativos. A historiadora Elza Nadai (1993, p. 157) assegura que “as escolas fechadas, professores e alunos presos e respondendo a processos crimes foram algumas das formas usuais de tratamento por parte dos novos donos do poder”.

Em 2014 completou-se 50 anos do golpe militar no Brasil, tal acontecimento proporcionou que vários debates, principalmente acadêmicos, voltados ao tema fossem lançados, com novos olhares e abordagens diferenciadas que apontam além de revisões, novos sujeitos e novas perspectivas.

Em vista disso, buscou-se analisar os livros didáticos de história e suas abordagens no período da ditadura com a intenção de compreender como o ensino era repassado de acordo com os ideais militares exigidos da época.

No golpe militar, a educação histórica sofreu sérias transformações dentro dos muros escolares se constituindo com uma disciplina que tinha apenas a finalidade de transmitir os conteúdos sem fundamentação e análise crítica, além de repassar concepções autoritárias. Nisso, os livros didáticos serviram como principal recurso que auxiliasse o professor nesse palco doutrinário que os militares exigiam, no sentido de criar uma ordem comportamental de estudantes patriotas que não interferissem nos seus interesses governamentais, com base nas suas carências de conscientização crítica da sociedade.

Na atualidade, é inegável perceber a importância do livro didático como instrumento de apoio aos professores de história na preparação e desenvolvimentos de suas aulas. Contudo, é importante ressaltar que o livro didático não é um instrumento exclusivo, verídico e que deve ter seu uso constituído de forma ingênua. Até mesmo porque o ensino estabelecido nesses materiais, na sala de aula e nas instituições educacionais como um todo é, segundo Forquin (1992), hierárquico, pertinente a uma seleção cultural de conteúdos e símbolos que designam o que deve ser considerado importante ou não a ser repassado.

Logo, os livros didáticos como mero mecanismo do educador traz essa seletividade em seu interior. De acordo com o historiador francês Chartier (1999) todo livro contém uma ordem que tende a implantar, podendo ser ela uma ordem direcionada para decifração, no qual ele deve ser compreendido ou uma ordem voltada para os

interesses das autoridades que encomendaram ou permitiram a publicação da obra.

Nesse sentido, ao analisar esses instrumentos didáticos da época ditatorial é perceptível firmar a permanência da pretensão da ordem desejada pelos donos do poder inserida nos textos e nas páginas dos conteúdos históricos dos livros.

Sobre isso, Perreira (2014) alega que os livros didáticos utilizados pelos professores no governo militar eram compostos das ideologias evidentes dos militares que tentavam ser expostas por meio dos conteúdos trabalhados. Todavia, com a falta de conhecimento político, filosófico e conscientização histórica, a grande maioria da população discente que tinha contato com o livro não percebiam as mensagens ideológicas implícitas colocadas no conteúdo e a manipulação que sofriam.

Com isso, busco apresentar por meio dessa pesquisa, algumas dessas mensagens ideológicas contidas nos livros didáticos de história com o intuito de deixar evidente que o material didático fornecido é manipulável de acordo com o grupo dominante que o constitui.

## **POLÍTICAS PARA O LIVRO DIDÁTICO DURANTE A DITADURA MILITAR: COLTED E FENAME**

Para tanto, antes de ressaltar as mudanças ocorridas nas narrativas dos livros didáticos de história é necessário e importante mencionar a inserção desses instrumentos didáticos a partir da efetivação de órgãos criados durante o regime militar. Para assim, ter uma visibilidade contextualizada do período.

Desse modo, em 1966 foi criado no governo dos militares o Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático, COLTED, com base no decreto nº 58.653 estabelecido no dia 16 de junho. Contudo, visto que o decreto não conseguiu atender integralmente às finalidades impostas em sua declaração, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) revogou o decreto no dia 4 outubro do mesmo ano, de nº 59355/66, modificando a denominação da sigla COLTED, passando a concebê-la como Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático como consta o artigo 1:

Art. 1º Fica instituída, diretamente subordinada ao Ministro de Estado, a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), com a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionados com a produção, a edição o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos. (DECRETO nº. 59.355/66)

Com isso, o COLTED se tornou um órgão de bastante domínio para a educação do período, pois além de estar vinculada a criação dos livros educativos em virtude do barateamento desses, definia as diretrizes para a formulação de programas editoriais e planos de ação do MEC como também examinava e aprovava os projetos específicos de trabalho que lhe eram subordinados, considerando sua relevância ou não (DECRETO nº 59.355/66).

Desse modo, percebe-se que o órgão COLTED criado durante o regime militar, mas necessariamente durante o mandato de Castelo Branco, foi fundamental para o estímulo e expansão da indústria do livro. Por outro lado, configurou um novo sistema que determinava segmentos a serem efetivados de acordo com suas instruções.

Além da COLTED, em 1967, outro órgão foi criado no período militar, que se fazia parte de uma reorientação do Centro Nacional de Mídias da Educação, CNME, criado em 1950 com o objetivo de fazer o governo assumir a produção dos livros. Essa nova lei foi efetivada em 2 de outubro de 1967 com base na legislação de nº 5.327, autorizou o poder executivo instituir o órgão conhecido como Fundação Nacional do Material Escolar, de sigla FENAME, substituindo a Campanha Nacional de Materiais de Ensino (CNME). Esse novo órgão, como consta no artigo 3, tinha “por finalidade a produção e distribuição de material didático de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização” (DECRETO nº 5.327/67).

Assim sendo, esse novo órgão era uma reorientação para uma política de materiais escolares que já existia, mas mesmo que fizesse continuidade a uma política anterior, a transformação de CNME em FENAME apresentou marcas do regime militar. Como a polêmica demissão da antiga diretora executiva da CNME/FENAME, Heloísa Araújo, dando lugar ao substituto conhecido como Humberto Grande, homem associado aos militares que em 1970 se tornou integrante da Comissão Nacional de Moral e Civismo. Com isso possibilitando novas abordagens e atribuições milícias nas obras.

Ademais, a produção e distribuição dos livros didáticos da FENAME apresentava diante das suas mobilizações as motivações principais em seu percurso. Tendo em vista que sua integralização de livros se concentrava principalmente no interior do Brasil. A ideia principal tinha um papel humilde e nobre, no sentido de distribuir para crianças carentes que não tinham condições ou oportunidades de receber livros, mas que para Filgueiras (2015) também mesclava a intenção de promover uma nova ordem e ensino e seu regimento.

Sendo assim, enquanto a COLDET objetivava estimular e controlar o mercado

dos livros didáticos, a FENAME tinha a responsabilidade de produzir manuais escolares para serem distribuídos aos estudantes carentes. Esses dois departamentos por estarem configurados no governo ditatorial e promoverem mudanças dentro do cenário social, econômico e desenvolvedor dos manuais, contribuíram de certo modo para a iniciação das mudanças prejudiciais e degradantes que esses materiais passaram a tratar.

## **NO VERSO DE UM LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA NO PERÍODO DITATORIAL BRASILEIRO**

Para além das linhas iniciais, esses livros sofreram transformações que buscavam atender os moldes de quem estava no poder, mas o que esses livros trouxeram em seu interior que apresentava essa circunstância modificadora na sociedade?

Em primeiro aspecto, é importante ressaltar que o modelo de ensino trabalhado durante esse período foi abalado em grande medida com a chegada dos militares, vários intelectuais tinham desenvolvido obras em prol da melhoria educativa e maneiras interativas de relação docente/discente, mas com o golpe muitas instituições regrediram ou continuaram a atender a tendência tradicional educativa como modelo primordial. Várias escolas atribuíam o professor como o detentor do conhecimento e os alunos como meros recipientes que guardavam as informações como forma de memorização. O comportamento dos alunos atribui um padrão para todos conforme o que lhes era ordenado pelos militares.

Para o Foucault (1987) a uniformização, homogeneização, foram desde a antiguidade clássica consideradas utopias, encontrados em qualquer âmbito político, social, econômico e corporativo. Sendo percorrido por intermédio de uma observação numerosa para chegar na mente humana por meio de uma disciplina subjugadora. Essa disciplina considerada um adestramento, segundo o historiador, se concebe inquestionavelmente pelo uso de três instrumentos específicos: o olhar hierárquico, sanção normalizadora e o exame.

Sendo, o olhar hierárquico o sentido de serem desenvolvidas pequenas técnicas de vigilância por parte dos grupos dominantes, a sanção normalizadora voltada para as penalidades, castigos físicos, privações e humilhações que qualificam e reprimem um conjunto de comportamento humano e o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia com as sanções que normaliza para então poder classificar e punir (FOUCAULT, 1987).

Nas instituições educacionais esses três ramos apresentados por Foucault

funcionam de vários modos, tanto pela observação gradativa que os professores exercem sobre os educandos, pela forma repressora de penalizar e castigar violentamente os alunos por circunstâncias sortidas, seja: pelo tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), atividades (desatenção, negligência, falta de zelo), forma de agir (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), sexualidade (imodéstia, indecência), entre outros; e por fim selecionar entre os estudantes o certo e o errado de acordo com suas postulações propostas, para então vangloriar o correto como modelo a ser seguido e afastar o incorreto como não aceitável.

Nas escolas, durante o regime militar, esses aspectos eram bastante comuns, a vigilância era constante, as estruturas das escolas eram criadas com esse intuito de olhar e observar as formas de comportamentos, penalidades também eram bem visíveis e as ordens das cadeiras atribuíram uma certa vigilância. E da mesma forma, enquanto a ordem das carteiras e a arquitetura do prédio escolar eram utilizadas como meio de vigilância, os livros eram usados como controle (MARCELINO, 2009).

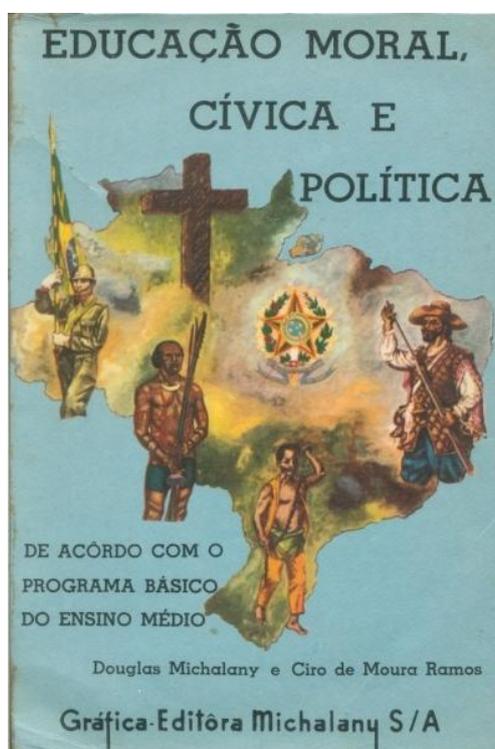
Desse modo, em primeira medida, pode-se mencionar que o efeito inicial a se postular sobre os aspectos encontrados nos livros didáticos que o governo em vigor acrescentou foi sem dúvidas: o controle. Sendo esse controle não no sentido de ser um manual de moderação e autoajuda, mas sim no de demonstrar em suas páginas uma presença de autoridade, comando, domínio e vigilância por parte dos propósitos do governo.

Chartier (2003, p.173) alegou que “uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes e segundo as épocas, os lugares, os ambientes”. Assim, demonstrando que o livro está suscetível a mudanças e transformações com bases nos embasamentos e formas de ler que a sociedade ou o individual opera.

No contexto que se aborda, o livro em sua constituição no período militar sofreu alterações impostas pelos militares, pois, os livros didáticos produzidos durante a ditadura foram um dos principais difusores do programa curricular e adotavam firmemente o programa oficial. Todo seu conteúdo adotava um ensino linear, voltado para a memorização. Os episódios políticos e militares estavam em destaque nos livros de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, e História e despontavam os grandes nomes e os grandes acontecimentos.

Neste entendimento, o livro didático tornava-se um componente essencial, no processo educacional, pois serviam como uma forma ideológica de legitimar o sistema político vigente da época, vale salientar que no regime militar, a disciplina educação moral e cívica foi introduzida no currículo com a finalidade de colaborar com a formação cívica da população brasileira. De acordo com Miranda (2004) no livro “Educação Moral, Cívica e Política” (1971) mostrado na imagem 01, a Educação Moral e Cívica parte da premissa de que para agir bem era necessário conhece-lo, com isso se conclui que para ser um bom cidadão é fundamental ter-se entendimento de seus direitos e deveres, políticos, morais e cívicos.

**Figura 1** - Imagem ilustrativa da capa do Livro Educação Moral Cívica e Política dos autores Douglas Michalany e Ciro de Moura Ramos.



Fonte: <https://www.traca.com.br/capas/456/456775.jpg>

O grande objetivo da Educação Moral, Cívica - EMC era formar uma geração comprometida com o exercício pátrio, uma geração capaz de assumir a defesa da soberania nacional e das instituições vigentes, liberta dos Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”. Para Filgueiras (2006) o objetivo geral da disciplina era a formação ou aperfeiçoamento do caráter do brasileiro e o preparo para o perfeito exercício da cidadania democrática com o fortalecimento dos valores morais e espirituais da nacionalidade.

O controle aparece de formato diversificado nos manuais de ensino comandado pelos militares, como já mencionado, trazendo o domínio dos militares, que utilizavam de inúmeros elementos para induzir a sociedade a aderir sua ideologia. Um desses elementos era a religião.

Segundo Marcelino (2009, p.29)

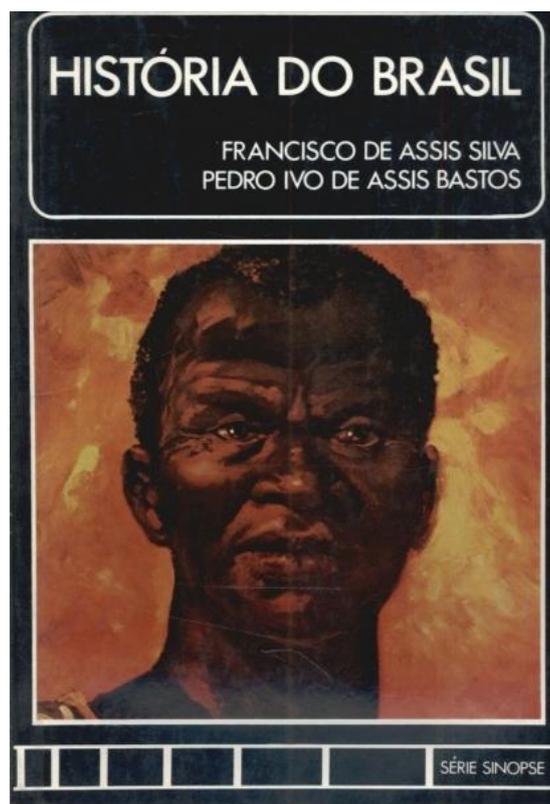
No livro didático, a religião era apresentada juntamente com os deveres cívicos e familiares. Era necessário saber sobre seus deveres para com Deus, para consigo mesmo, para com a família, para com os semelhantes, para com a pátria, enfim os deveres cívicos para com o mundo.

A influência da religião no cenário político militar era bastante presente no livro didático como espécie controladora. Ao utilizar a religião cristã, os donos do poder utilizavam a palavra de Deus em seu sentido carismático e bondoso, visando sensibilizar e influenciar a vontade dos educandos para se manterem no comando. Isso é, pretendo manter uma autoridade estável, com uma população cívica e obediente que não questionasse ou se opusesse contra a vontade dos governantes.

Além disso, a própria questão de resistência é omitida dentro dos livros, principalmente quando se refere ao período da ditadura militar dentro desses materiais didáticos. Sobre isso, é importante destacar o artigo que Bezerra (2017) publicou que tem por título “A Ditadura Militar nos livros didáticos: História e memória nos manuais de ensino de 1976 e 2016”. Nesse artigo analisa as narrativas da ditadura militar em livros didáticos no período de 1976 e 2016.

Um desses livros se chama “História do Brasil” escrita pelos autores Francisco de Assis Silva e Pedro Ivo Bastos, publicado em 1976, no governo de Ernesto Geisel, ou seja, estabelecido ainda durante a ditadura militar, portanto só aborda os dois primeiros governos do regime militar: a regência do Marechal Castelo Branco (1964 até 1967) e a regência do Marechal Costa e Silva (1967 até 1969). Nesse livro não é perceptível a ênfase da interrupção democrática que o governo efetuou, considerando o golpe de 1964 pelo termo “o movimento de março de 1964” e a ditadura militar é evidenciada como parte de uma “República Contemporânea”, juntamente com outros ex-presidentes, não sendo encontrado durante todo o livro a expressão “ditadura militar” ou “regime autoritário”.

**Figura 2** - Imagem ilustrativa da capa do Livro “História do Brasil” dos autores Francisco de Assis Silva e Pedro Ivo de Assis Bastos, edição de 1980 publicado pela editora Moderna. 1ª Edição



Fonte: <https://www.traca.com.br/livro/587444/#>

Embora, conforme Valle (2008) desde o início do Golpe Militar, a educação sofreu grave intervenção. E mesmo com a contestação da existência de algum fragmento de livre autonomia no período, o Ato Institucional nº 05, sancionado em 1968 pelo presidente Costa e Silva, acabava com todas as liberdades individuais, tornando a liberdade na legislação uma mera retórica. Nessa perspectiva, o Ato Institucional nº 05 tornou-se o maior símbolo de repressão durante o regime, legalizando a ditadura, proibindo manifestações, legalizando prisões arbitrárias, proibindo o habeas corpus, fazendo surgir o "Crime Político", onde muitos opositores ao regime foram enquadrados. Em virtude disso, o oficial Costa e Silva passou a enfrentar uma enorme oposição entre os estudantes que atuavam em direção a violência em busca de uma transformação educacional e da sociedade, enquanto a linha dura empunhava suas armas.

No entanto, a resistência contra a ditadura militar não é visível no decorrer das narrativas desse livro didático, todas as formas de manifestações eram ignoradas, das mais pequenas até as mais famosas mobilizações exercidas contra o governo, tal como a passeata dos cem mil em 1968 e o protesto contra a morte do estudante Edson Luís (BEZERRA, 2007).

Ademais, a Guerrilha armada, que ganhou sua força com a decretação do Ato Institucional nº 5, é citada no livro como um grupo terrorista e violento. O Ato Institucional nº 5, por sua vez, foi configurado na obra como um recurso justificável que Costa e Silva teve que fazer, por não contar com o apoio de alguns membros políticos, entre outros fatores (BEZERRA, 2017).

Assim, a História do regime militar apresentada nos livros didáticos era ramificada, mostrando apenas aquilo que o comando militarista prendia que as pessoas obtivessem conhecimento, omitindo vários fatores sociais importantes desse contexto como a resistência e as verdadeiras intenções dos governantes.

Esses livros tratavam de uma história tradicional, de acordo com Hipólido (2009) compreendido como modelo positivista. Sendo o positivismo Fundado por Auguste Comte que apresentava uma ciência que pretendia estudar os fatos sociais, econômicos, políticos e culturais ocorridos no passado, os quais deveriam ser rigorosamente comprovados e apresentados de forma cronológica, por uma narração que valorizava ações dos que estavam no poder, tais como: reis, chefes militares, entre outros grupos dominantes. Excluindo a visão participativa de grande parcela da população que ficava à margem da construção histórica.

De modo que os livros didáticos de história no período militar veneravam os heróis nacionais, o patriotismo e o civismo. O Brasil era definido como grandioso majestoso e os brasileiros eram vistos como raízes para esse desenvolvimento, tal como Pereira (2014) afirma que nos conteúdos voltados para as questões econômicas, os brasileiros em suas diversas regiões eram considerados operantes para o erguimento do “Brasil grande potência” e passavam a desfrutar dos lucros econômicos que esse país concebia.

Nesse momento, é notório que o ensino de história repassado pelos europeus trouxe muitos problemas para educação brasileira e até mesmo para a construção da identidade do cidadão. O eurocentrismo<sup>3</sup>, o etnocentrismo<sup>4</sup>, a “história dos heróis ou grandes homens” características comuns evidenciadas em quase todos os livros didáticos do Brasil, mesmo os publicados antes do golpe de 1964, são bastante criticados por

---

<sup>3</sup> Eurocentrismo: Uma visão de mundo que coloca a Europa como centro fundamental na constituição da sociedade moderna, considerando seu povo e sociedade como a protagonista da história, assim excluindo a visão participativa de diversos outros povos da sociedade na história.

<sup>4</sup> Etnocentrismo: É a conduta de observar o mundo somente pela perspectiva particular da cultura ou povo que está inserido, acabando por julgar as demais civilizações e culturas baseando-se nas suas próprias crenças, costumes e hábitos.

historiadores da nova geração que pretendem com isso modificar esse ensino que ainda é repassado dentro das salas de aulas.

Nessa abordagem, Davies (1991) conceitua, por exemplo, ao falar de resistências sociais que embora os estudos de revoltas populares têm crescido, dando viabilidade aos olhares da população brasileira, não tiveram grandes mudanças nos livros didáticos, e além disso os que são estudados normalmente enfatizam apenas uma visão parcial da população, buscando encontrar novos heróis populares para contrapor os heróis dominantes na história.

Segundo Fonseca (2003, p.56)

[...] a História tradicional adequava-se aos interesses do Estado autoritário, medida em que apresentava o quadro de uma sociedade hierarquizada, cuja vida seria conduzida de cima para baixo e em que a ordem seria uma máxima a ser seguida pelos seus membros. Sem espaço para a interpretação e a análise crítica, não haveria como instrumentalizar o indivíduo para o questionamento da ordem. A reorganização do ensino de História teve, pois, conotações políticas, passando a ser de competência de órgãos públicos, tecnicamente aparelhados para os fins que se adequassem àquela Doutrina.

Percebe-se que essas modificações ocorreram de forma hierárquica, os militares estavam no comando e a sociedade era obrigada aceitar suas determinações. Afinal, o Brasil estava se configurando sob a ótica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, que formou um controle ideológico, pretendendo eliminar qualquer possibilidade de resistência ao regime autoritário que estava se configurando.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em virtude dos fatos mencionados, a presente pesquisa buscou salientar sobre as informações contidas no livro didático durante o período militar que estariam relacionados com as condutas e exigências estabelecidas pelos donos do poder político no espaço temporal mencionado.

Tendo em vista que a estrutura política sofreu transformações alarmantes com a chegada dos militares após o golpe de 1964 e o ensino escolar institucional não se decorreu de maneira diferente, pois se configurou em uma nova roupagem dominada pelos novos governantes que passaram a utilizar mecanismos para consolidar seus anseios e desejos no setor educativo.

Políticas de livro didático foram criadas em pleno regime para assegurar que a educação estivesse sendo repassada de acordo com os valores determinados pelos militares. A COLDED (Comissão do Livro Técnico e do Livro didático) e a FENAME (Fundação Nacional do Material Escolar) foram dois órgãos que embora continham finalidades intencionais de distribuição e fácil acesso de livros didáticos, era direcionada pelo poder político que determinava o que deveria ser mencionado no decorrer das obras, incluindo assuntos que faziam parte de uma seleção criteriosa que mostraria uma visão de exaltação e patriotismo do governo. De modo que omitisse causalidade de fatos existentes na história de repressão e oposição ao Regime Militar, que viu como necessidade obter o controle do ensino didático de tal forma que não oferecesse perigo ao seu governo.

Os livros didáticos de história em seu interior apresentavam condutas ideológicas que estavam diretamente associadas com os donos do poder no período: os militares. A maneira de como questões de resistências, religiosas, assuntos sobre governo militar, o Brasil como era mencionado de forma patriótica e a forma de como a história era contada que enalteciam líderes, demonstra bastante desses ideais aplicados em sala de aula por meio de livros que determinavam uma história muitas vezes excludente. Dessa forma fazendo o ensino de história ser questionado sobre sua função social para formação do cidadão e mais precisamente sobre seu papel frente aos conteúdos ideológicos e práticas sociais que resistem ao perpendicular na ciência histórica, compondo compreensões muitas vezes contraditórias e distintas.

Neste sentido, acredita-se que o estudo apresentado constitui-se em um instrumento pedagógico de grande valia em busca de novos esclarecimentos sobre a educação repassada nos livros didáticos no período military. Pode-se constatar que o conhecimento aqui ofertado possa abrir portas para se pensar na história e educação como setores transformadores que de acordo com suas ações mobilizadoras acabam por moldar e fazer “pensar” o ser humano. Dessa forma, espero que essa pesquisa traga reflexões acerca da política que vivemos, da educação que estudamos e da história que traçamos.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ellen Natucha Pedroza. **A Ditadura Militar nos livros didáticos: História e memória nos manuais de ensino de 1976 e 2016.** XXIX Simpósio Nacional de História. 2017

BRASIL, **Decreto nº 59.355**, de 4 de outubro de 1966. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acessado em: 15/03/2022

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 5.327**, de 02/10/1967. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=80589>> Acessado em: 17/03/2022

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: UnB, 1999

DAVIES, Nicholas. **As camadas populares nos livros de história do Brasil.** In: PINSKY, Jaime (org). **O ensino de história e a criação do fato.** 3 ed. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Repensando o Ensino)

FIGUEIRAS, Juliana Miranda. **O livro didático de educação moral e cívica na ditadura de 1964: A construção de uma disciplina,** 2006. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16651282-O-livro-didatico-de-educacao-moral-e-civica-na-ditadura-de-1964-a-construcao-de-uma-disciplina-resumo.html>> Acessado em: 12/04/2022

FIGUEIRAS, Juliana Miranda. **As políticas para o livro didático durante a ditadura militar: a Colted e a Fename.** Hist. Educ. 19 (45) • Jan-Apr 2015, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/44800> Acessado em 04/08/2022

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História da educação e História Cultural.** In: FONSECA, Thais Nívia de Lima e; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). História e Historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FORQUIN, Jean-Claude. **Saberes escolares, Imperativos didáticos e dinâmicas sociais.** Teoria & Educação. 1992. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1844359/mod\\_resource/content/1/T2%20-%20Forquin\\_saberes\\_escolares.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1844359/mod_resource/content/1/T2%20-%20Forquin_saberes_escolares.pdf)> Acessado em: 15/04/2022

HIPÓLIDE, Márcia Cristina. **O ensino de História nos anos iniciais do ensino fundamental: metodologias e conceitos.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

MARCELINO, Mariane Amboni. **A Ditadura militar: e os livros didáticos.** 2009. 42 f. Monografia (Especialização em História: História, Ensino e Linguagens) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.

MIRANDA, Sônia Regina; LUCA, Tânia Regina. **O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, n.48, 2004.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História. São Paulo. v. 13, n. 25/6, p. 143-62, 1993.

PERREIRA, Jefferson, **O Ensino de História Durante a Ditadura Militar**. XXV Semana de Ciências Sociais: 50 Anos do Golpe Militar, Universidade Estadual de Londrina: 2014

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e a ditadura militar no Brasil** / Maria Ribeiro Valle – 2ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

*Recebido em: 10/11/2022*

*Aprovado em: 15/12/2022*

*Publicado em: 22/12/2022*